TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – 1ª REGIÃO

IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA

⇒ MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA ⇐

1. Em face das proposições abaixo, assinale a única alternativa correta:

I – os termos interpretação e hermenêutica são tecnicamente sinônimos.
II – as disposições transitórias em uma lei nova, destinadas a dar um tratamento jurídico provisório a certas situações, em face da ab-rogação da lei anterior, constituem o que se denomina de segundo regime legislativo.
III – dá-se a retroatividade mínima (temperada ou mitigada), quando a lei nova atinge os efeitos futuros de atos anteriores à sua vigência.
IV – no Brasil, o princípio da irretroatividade é meramente legal.

a) todas estão incorretas.
b) somente a III está correta.
c) somente a III e IV estão corretas.
d) todas estão corretas.

2. Tendo em conta as proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

I – um louco, como tal interditado, conserva a personalidade mas perde a capacidade de direito.
II – o *concepturus*, beneficiado por fideicomisso, é um sujeito de direitos por ficção legal.
III – a autorização se distingue da assistência porque imprescinde da cooperação, simultânea ao ato, da pessoa que a concede.
IV – como toda pessoa é capaz de ter direitos, a capacidade de direito, na prática, se confunde com a capacidade de fato.

a) somente a IV está correta.
b) somente a I e III estão incorretas.

c) todas estão incorretas.
d) somente a II está correta.

3. Em face das proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

I – bem é a coisa, corpórea ou incorpórea, que constitui ou pode constituir objeto de direito.
II – a lua e as estrelas são coisas mas não são bens, posto que insuscetíveis de apropriação.
III – o cimento empregado na construção de um muro integra o conceito de "partes integrantes".
IV – uma biblioteca, como coisa coletiva, constitui uma universalidade de direito.

a) somente a III e a IV estão corretas.
b) todas estão incorretas.
c) somente a I e a II estão corretas.
d) somente a I e a III estão corretas.

4. Em face das asserções seguintes, assinale a alternativa correta:

I – todo contrato é um negócio jurídico e todo negócio jurídico é um contrato, pois em ambos existe sempre a conjunção de vontades.
II – segundo a teoria preceptiva, o negócio jurídico é um instrumento da autonomia privada.
III – a teoria normativista do negócio jurídico foi desenvolvida sistematicamente, na Itália, por Santi-Romano.
IV – o reconhecimento de um filho, a elaboração de um testamento e a fixação de domicílio são atos jurídicos não-negociais.

a) todas estão corretas.
b) somente a III está correta.
c) somente a II e a IV estão corretas.
d) somente a II está correta.

5. Em face das proposições abaixo, relativas ao estudo da posse, marque a alternativa correta:

I – o espectador, ao assistir ao filme, tem posse sobre a poltrona que ocupa no cinema.
II – a posse injusta e de má-fé pode ser classificada como posse *ad interdicta*.
III – quando alguém possui uma coisa em nome alheio e passa a possuí-la como própria, invertendo o *animus*, dá-se a tradição consensual chamada constituto possessório.
IV – a entrega das chaves de um apartamento no ato de aquisição constitui tradição material.

a) somente a I e a II estão incorretas.
b) somente a I e a IV estão corretas.
c) somente a II está correta.

d) somente a III está correta.

6. Tendo em conta as asserções abaixo, assinale a alternativa correta:

I – quando o proprietário aliena a coisa, mas continua na sua posse como locatário, ocorre a *traditio brevi manu*.
II – o fideicomisso – segmento fideicomitente/fiduciário – constitui um exemplo de propriedade resolúvel.
III – a exceção de domínio somente pode ser oposta no juízo possessório quando contendores disputam a posse como proprietários
IV – o *jus possidendi* é o direito de posse fundado no direito de propriedade.

a) somente a II e a IV estão corretas.
b) somente a II está correta.
c) somente a IV está correta.
d) somente I e a IV estão corretas.

7. Em face das proposições a seguir, assinale a alternativa correta:

I – a propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
II – no sistema jurídico brasileiro, o título de aquisição do imóvel (*titulus adquirendi*) tem efeito translativo.
III – o usucapião *pro labore*, alegado com sucesso como matéria de defesa, propicia o registro imobiliário da sentença.
IV – a alodialidade é uma qualidade do imóvel sobre o qual incidem ônus reais.

a) somente a II e a III estão corretas.
b) todas estão corretas.
c) somente a I e a III estão corretas.
d) somente a II e a IV estão corretas.

8 – Levando em conta as asserções abaixo, assinale a alternativa correta:

I – o aqueduto é uma servidão contínua, porque é exercida e subsiste independentemente da prática de atos pelo proprietário do imóvel dominante.
II – quando o senhorio direto não exerce a preferência de compra do domínio útil do bem emprazado, assiste-lhe o direito ao recebimento do laudêmio, à razão de três e meio por cento do preço da alienação.
III – o contrato de compra e venda pode ser acidentalmente (circunstancialmente) aleatório.
IV – o mecanismo técnico do contrato derivado propicia, por parte de terceiro, o gozo das utilidades do contrato-base, sem, contudo, levá-lo à extinção.

a) somente a I e a II estão incorretas.
b) somente a II está incorreta.
c) somente a III e a IV estão incorretas.
d) somente a II e a IV estão incorretas.

9. Em matéria obrigacional, julgue as asserções abaixo e assinale a

alternativa correta:

I – o devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, exceto quando se houver por eles responsabilizado, ou quando estiver em mora.
II – a transmissibilidade automática constitui uma das características das obrigações ambulatórias.
III – o terceiro não interessado, que paga a dívida em nome e por conta do devedor, não pode pedir o reembolso.
IV – é válido o pagamento feito de boa-fé ao herdeiro aparente, mesmo provando-se depois que não era credor.

a) somente a I e a II estão corretas.
b) somente a I e a IV estão corretas.
c) somente a II e a IV estão corretas.
d) todas estão corretas.

10. Examine as proposições a seguir e assinale a alternativa correta:

I – nos contratos unilaterais, com exceção do mútuo, quem suporta os riscos é o credor.
II – no contrato de depósito, a entrega da coisa integra o segmento da execução do contrato.
III – à luz do Código Civil, as ações redibitória e estimatória (*quanti minoris*) podem ser cumuladas, a critério da parte.
IV – a exceção de inexecução somente é compatível com os contratos bilaterais imperfeitos.

a) somente a IV está incorreta.
b) somente a I e a IV estão incorretas.
c) somente a I está correta.
d) somente a I e a III estão corretas.

11. Dadas as asserções, assinale a alternativa correta:

I – a cláusula de exclusão da garantia contra a evicção – *non prestanda evictione* – não impede que o evicto cobre o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção.
II – no arrendamento mercantil (*leasing*), o período determinado para o valor da contraprestação não pode, em nenhuma hipótese, ser superior a seis meses.
III – o mandatário pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos, que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte.
IV – no contrato de consumo feito por telefone o prazo de reflexão do consumidor é de dez dias.

a) somente a I está correta.
b) somente a II e a III estão corretas.
c) todas estão corretas.
d) somente a III e a IV estão corretas.

12. Em face das proposições a seguir, assinale a resposta correta:

I – estabelece o Código de Processo Civil que a jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelo Poder Judiciário, em todo o território nacional, conforme as suas disposições.
II – é admissível ação declaratória, visando a obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual.
III – o Brasil não adota o sistema de unicidade de jurisdição, pois o administrador, ao aplicar a lei num caso concreto, também faz jurisdição, "dizendo o Direito".
IV – o processo especial dos juizados especiais cíveis, previsto na Lei nº 9.099, de 26/09/1995, é de cognição parcial e exauriente.

a) somente a I e a III estão corretas.
b) todas estão incorretas.
c) somente a II está correta.
d) somente a II e a IV estão corretas.

13. Examine as proposições a seguir e assinale a alternativa correta:

I – demanda, no ângulo técnico-processual, é o ato pelo qual alguém pede ao Estado a tutela jurisdicional.
II – na investigação de paternidade com petição de herança temos uma hipótese de cumulação simples de pedidos.
III – entende-se por causa de pedir o fato ou conjunto de fatos a que o autor atribui a produção do efeito jurídico por ele afirmado.
IV – quando o autor, numa ação de depósito, pede a restituição do bem ou o seu equivalente em dinheiro, formula pedido sucessivo.

a) somente a IV está correta.
b) somente a III está correta.
c) somente a I e III estão corretas.
d) todas estão corretas.

14. Dadas as asserções, assinale a resposta correta:

I – três contribuintes, domiciliados na mesma localidade, propõem ações distintas contra a União, pedindo a restituição do IRPF recolhido sobre férias convertidas em pecúnia. As ações devem ser processadas e julgadas pelo juiz federal que despachou em primeiro lugar, em virtude da conexão.
II – o ingresso do sub-locatário, como assistente, numa ação de despejo proposta contra o locatário, consubstancia uma hipótese de assistência simples ou dependente.
III – na assistência litisconsorcial, a desistência da ação, manifestada pelo assistido e devidamente homologada, impede que o assistente prossiga litigando na defesa do seu direito.
IV – quando várias acionistas, na sociedade por ações, pedem e declaração de nulidade ou a anulação de deliberação da assembléia-geral, consubstancia-se uma hipótese de litisconsórcio unitário facultativo.

a) todas estão corretas.
b) somente a III e a IV estão corretas.
c) somente a II e a IV estão corretas.
d) somente a I e a II estão corretas.

15. Em face das proposições a seguir, indique a alternativa correta:

I – a capacidade processual é o poder de agir e de falar no processo em nome e no interesse das partes.
II – a capacidade de exercer direitos e deveres processuais corresponde à capacidade de gozo, regulada pelo direito civil.
III – a *legitimatio ad processum* é a capacidade de ser sujeito de direitos e obrigações processuais.
IV – a *legitimatio ad causam* é a relação de legítima adequação entre o sujeito e a causa.

a) somente a IV está correta.
b) somente a I e a III estão corretas.
c) todas estão incorretas.
d) somente a II e a IV estão corretas.

16. Em face das asserções a seguir, atinentes ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta:

I – a autoridade coatora, como sujeito do processo, presta informações e tem legitimidade recursal.
II – o sujeito passivo é a pessoa jurídica de direito público (ou a pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público) a que se vincula funcionalmente a autoridade coatora.
III – quando o ato fustigado emana de órgão colegiado, a autoridade coatora é o seu presidente.
IV – direito líquido e certo é aquele que não demanda maiores considerações, de fácil interpretação, e que não oferece complexidade.

a) nenhuma alternativa está correta.
b) somente a I e a IV estão corretas.
c) somente a II está correta.
d) somente a II e a III estão corretas.

17. Indique a alternativa correta:

I – a presença da União ou de qualquer dos seus entes, na ação de usucapião especial, não afasta a competência do foro da situação do imóvel.
II – compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.
III – não é cabível, na ação de consignação em pagamento, a prova pericial para definir o valor correto do depósito feito pelo consignante.
IV – a extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, prescinde de requerimento do réu.

a) todas estão corretas.
b) somente a I e II estão corretas.
c) somente a II está correta.
d) somente a I e IV estão corretas.

18. Considerando as afirmativas abaixo, indique a alternativa correta:

I – na execução fiscal, a intimação pessoal da penhora ao executado não dispensa a intimação, mediante publicação, no órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora.
II – na execução de crédito hipotecário vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH, poderá o credor fazê-lo judicialmente ou de forma extrajudicial, por agente fiduciário.
III – o pedido contraposto, no processo civil, ocorre unicamente no procedimento sumário.
IV – o bem alienado fiduciariamente não pode ser objeto de penhora nas execuções ajuizadas contra o devedor fiduciário.

a) somente a III e a IV estão corretas.
b) somente a II está correta.
c) somente a II e a IV estão corretas.
d) somente a I e a III estão corretas.

19. Examine as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

I – a massa falida e a herança vacante são partes formais, mesmo destituídas de personalidade jurídica.
II – a Prefeitura Municipal é representada em juízo por seu Prefeito ou procurador.
III – não existe relação de prejudicialidade entre a oposição e a ação principal.
IV – o desfazimento de uma arrematação, perfeita, acabada e irretratável, prescinde de ação rescisória.

a) todas estão incorretas.
b) somente a II e a IV estão corretas.
c) somente a I e a III estão corretas.
d) somente a I e a IV estão corretas.

20. Assinale a alternativa correta:

I – os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 10 (dez) dias, após intimadas as partes da apresentação do laudo.
II – distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza quando, tendo havido desistência, o pedido for reiterado, mesmo que em litisconsórcio com outros autores.
III – o julgamento antecipado da lide e a declaração incidente constituem formas de julgamento conforme o estado do processo.
IV – a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor não exceda a quinze salários mínimos.

a) somente a I e a II estão corretas.
b) todas estão corretas.
c) somente a II e a III estão corretas.
d) somente a I e IV estão corretas.

21. Dadas as asserções, assinale a alternativa correta:

I – o preparo efetuado por um menor, com quinze anos de idade, a mando do seu pai, autor de uma ação, é um ato nulo de pleno direito, não produzindo nenhum efeito jurídico.
II – a suspensão do processo por convenção das partes constitui um negócio jurídico processual.
III – sentença condenatória é aquela que, ao certificar o direito, cria, modifica ou extingue uma relação jurídica.
IV – na desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária, pode o juiz arbitrar o valor para desmonte e transporte de móveis e semoventes em qualquer fase do processo, mesmo após proferida a sentença.

a) todas estão corretas.
b) somente a I está correta.
c) somente a II e a IV estão corretas.
d) somente a III e a IV estão corretas.

22. Assinale a alternativa correta:

I – está sujeita ao duplo grau de jurisdição, somente produzindo efeito depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público, no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos.
II – está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmado pelo tribunal, a sentença que anular casamento.
III – a lei de execução fiscal rege somente a cobrança judicial da dívida ativa de natureza tributária da fazenda pública.
IV - a homologação de uma separação judicial amigável é um caso de jurisdição integrativa.

a) todas estão corretas.
b) somente a II e a III estão corretas.
c) somente a I e a IV estão corretas.
d) somente a IV está correta.

23. Quanto às agências reguladoras da União é certo afirmar que:

a) não têm sido definidas, nas leis instituidoras, como entes autárquicos por se constituírem em verdadeiros instrumentos de desintervenção do Estado.
b) são entes descentralizados da Administração, com autonomia restrita à gestão administrativa, destinadas a fiscalizar determinados setores de

atividade, em nome do Estado brasileiro.
c) possuem direção colegiada, sendo seus membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal.
d) possuem direção centralizada, apesar da existência de conselho consultivo, cujos membros são nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional.

24. No que se refere às agências reguladoras, assinale a alternativa incorreta:

a) no âmbito de suas atribuições têm o poder de polícia administrativa nos limites traçados pela respectiva lei.
b) por integrar a Administração Indireta, se submetem às regras impostas pelo artigo 37 da Constituição Federal, muito embora estejam submetidas diretamente à comissão de fiscalização, controle e normas de entes paraestatais da Câmara dos Deputados.
c) estão habilitadas a dirimir litígios que envolvam as empresas que realizam atividades por elas controladas, ou entre estas e os respectivos usuários.
d) seus dirigentes, pelos atos praticados, podem ser demandados em ação popular ou ação civil pública, esta por iniciativa do Ministério Público.

25. O art. 14 da Lei Complementar nº 76, de 06/07/93, dispõe que "O valor da indenização, estabelecido por sentença, deverá ser depositado pelo expropriante à ordem do juízo, em dinheiro, para as benfeitorias úteis e necessárias, inclusive culturas e pastagens artificiais e, em Títulos da Dívida Agrária, para a terra nua". Sobre essa disposição, assinale a alternativa correta:

a) o texto se encontra em harmonia com a Constituição vigente, posto que o inciso XXIV do art. 5º assegura que as desapropriações serão feitas mediante prévia e justa indenização.
b) o Supremo Tribunal Federal, em decisão tomada no ano de 2000, considerou que o dispositivo aludido ofende o art. 100 da Constituição Federal, que estabelece que os pagamentos devidos pela Fazenda Pública far-se-ão por meio de precatórios.
c) assim como o crédito de natureza alimentar, a indenização devida por força de processo expropriatório tem seu pagamento assegurado preferencialmente, ainda que respeitada a ordem cronológica de apresentação dos precatórios.
d) o complemento do depósito decorrente da disposição contida na mencionada lei complementar não ofende o texto constitucional, uma vez que, na respectiva lei orçamentária, haverá previsão para a suplementação que se fizer necessária.

26. Em matéria de desapropriação indireta e prescrição extintiva é acertado afirmar que:

a) segundo construção pretoriana, é de vinte anos o prazo prescricional para as ações de indenização por apossamento administrativo.
b) extingue-se em quinze anos o direito de propor ação de indenização por desapropriação indireta.

c) a medida provisória 2.027-40/2000, e suas subseqüentes reedições, alteraram o parágrafo único do artigo 10 do Decreto-Lei nº 3.365/41, fixando, definitivamente, em cinco anos o prazo prescricional para as ações indenizatórias por apossamento administrativo.
d) a Medida Provisória mencionada na letra "c" não tratou de prazo prescricional, apesar de disciplinar o prazo de extinção do direito de ação que vise o recebimento de indenização por restrições impostas pela União Federal.

27. Em se tratando de desapropriação para fins de reforma agrária é incorreto afirmar:

a) são insuscetíveis de desapropriação a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra.
b) a propriedade produtiva é também insuscetível de expropriação, desde que sejam cumpridos os requisitos legais relativos a sua função social, salvo se possuir extensão superior a dez mil hectares, hipótese em que, mesmo sendo produtiva, se constituirá em latifúndio não excepcionado no texto constitucional.
c) a indenização relativa à terra nua será prévia, muito embora representada por títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos.
d) as benfeitorias necessárias serão sempre indenizadas em dinheiro.

28. Quanto à forma administrativa para uso especial dos bens públicos por particulares está correto afirmar:

a) autorização de uso é ato negocial, unilateral, discricionário e precário, através do qual a administração faculta ao particular a utilização de determinado bem público.
b) cessão de uso é a transferência onerosa da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, por tempo indeterminado, ainda que se admita uma prorrogação.
c) enfiteuse é um instituto civil através do qual a Administração transfere o domínio direto de imóvel público, mantendo todavia o domínio útil sobre o bem aforado.
d) concessão de uso é modalidade de contrato administrativo pelo qual o poder público concede ao particular a utilização exclusiva de um bem público, para exploração conforme sua destinação específica.

29. Assinale a alternativa incorreta:

a) pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública.
b) na modalidade de licitação denominada pregão, no âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro poderão ser desempenhadas por militares.
c) no pregão, uma vez declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer, pelo que lhe será concedido prazo de três dias para interposição do recurso.

d) ainda sobre o pregão, encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, caberá ao pregoeiro proceder a abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

30. Quanto ao servidor público da administração autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, é verdadeiro afirmar:

a) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo ou emprego, não sendo facultado optar pela sua remuneração.

b) investido no mandato de Vereador, não poderá perceber as vantagens do cargo ou emprego cumulativamente com a remuneração do cargo eletivo, ainda que haja compatibilidade de horários, em face da proibição de acumulação de cargos, salvo nas hipóteses excepcionadas no art. 37, inciso XVI, alíneas “a”, “b” e “c” da Constituição vigente.

c) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício do cargo estivesse.

d) em caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por antiguidade ou merecimento.

31. Assinale a alternativa correta:

a) terrenos reservados são as faixas de terras particulares, marginais aos rios, lagos e canais públicos, na largura de 15 metros, onerados com servidão de trânsito, sendo esta um ônus real sobre a propriedade alheia.

b) terrenos de marinha são todos aqueles que, banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis, em sua foz, vão até a distância de 30 metros para a parte das terras, contados desde o ponto em que chega o preamar médio.

c) terras devolutas são todas aquelas que, pertencentes ao domínio público, se acham utilizadas pela administração federal ou estadual, para fins especialmente previstos em lei.

d) terrenos acrescidos são todos aqueles que se formam com a terra carreada pela caudal, pertencentes ao patrimônio do Município onde se situa o imóvel.

32. No modelo jurídico brasileiro, com a disciplina da lei nº 5.197/67, e as alterações efetuadas pela lei nº 9.605/98, a caça:

a) é absolutamente proibida em território nacional.

b) é relativamente permitida.

c) somente é permitida se profissional.

d) é permitida em áreas particulares.

33. Os parques nacionais:

a) são unidades de conservação que implicam exercício do poder de polícia, pois limitam administrativamente o uso da propriedade particular.

b) estabelecem uma tutela relativa do Estado sobre um bem particular através de servidão administrativa.

c) não permitem indenização ao proprietário.

d) implicam desapropriação das terras particulares.

34. No que se refere à imunidade de jurisdição é correto afirmar:

a) segundo a Convenção de Viena de 1961, os membros do quadro diplomático de carreira gozam de ampla imunidade penal e civil, que se estende aos membros da família quando estes vivam sob sua dependência e tenham sido incluídos na lista diplomática.

b) a Convenção de Viena de 1963 assegura aos cônsules inviolabilidade física e imunidade apenas processual penal, que também se estende à respectiva família.

c) a prisão preventiva do agente consular não é admitida, sob nenhuma hipótese, pela Convenção de Viena de 1963.

d) a imunidade diplomática, na disciplina da Convenção de Viena de 1961, por ser ampla, impede que a autoridade policial possa investigar o crime, desde que demonstrado o envolvimento de membro do corpo diplomático.

35. Assinale a alternativa incorreta:

a) sobre as águas interiores, o Estado costeiro exerce soberania ilimitada, não havendo, nelas, direito de passagem inocente.

b) os navios estrangeiros só podem atracar nos portos quando autorizados pela respectiva capitania.

c) a soberania do Estado costeiro estende-se, além do seu território e das suas águas interiores, a uma zona de mar adjacente denominada mar territorial.

d) a soberania que alcança as águas, o leito do mar e o respectivo subsolo, não se estende ao espaço aéreo sobrejacente.

36. Quanto à solução dos litígios internacionais é correto afirmar:

a) a mediação se distingue da arbitragem, uma vez que nesta as partes se submetem à decisão arbitral, enquanto que naquela a opinião do mediador não é vinculativa.

b) que os modos pacíficos de solução podem ser classificados em diplomáticos, jurídicos e beligerantes.

c) a mediação, quanto ao número de Estados, somente pode ser individual e facultativa.

d) a solução judiciária ocorre através de tribunal próprio, instituído após o início do litígio, sendo certo que o mesmo deverá subsistir após a solução do conflito, como forma de prevenção de eventuais crises futuras.

37. Quanto à forma de aquisição da nacionalidade é incorreto afirmar que:

a) *jus soli* é o sistema em que a nacionalidade originária se estabelece pelo lugar do nascimento, salvo se os pais forem estrangeiros.

b) *jus sanguinis* é o sistema pelo qual os filhos adquirem a nacionalidade de seus pais.

c) *jus laboris* é o sistema em que a legislação admite o serviço em prol do Estado como elemento favorecedor e facilitador para consecução da naturalização.

d) a nacionalidade derivada ou secundária pode ocorrer por via da naturalização ou em virtude do casamento.

38. Segundo a Constituição vigente, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

a) tiver cancelada sua naturalização, por decisão do Presidente da República, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

b) tiver cancelada sua naturalização, por ato do Presidente da República, em virtude de provocação do Senado Federal, nos casos de cometimento de crime contra a segurança nacional.

c) tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

d) em qualquer hipótese tenha adquirido outra nacionalidade.

39. Assinale a alternativa correta:

a) os crimes políticos não ensejam a extradição dos seus agentes.

b) o terrorismo e a deserção podem ser caracterizados como crimes políticos.

c) o estrangeiro que estiver irregularmente no País ou tenha ingressado no território nacional sem observância das formalidades legais estará sujeito a expulsão.

d) o estrangeiro que tiver sido deportado do País não mais poderá reingressar no território brasileiro, sob pena de responder a processo criminal.

40. **A partir da análise da ordem social delineada pela Constituição**

Federal de 1988, formulam-se as seguintes considerações:

I – a previdência e a seguridade social se confundem, porque têm como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
II – a eqüidade na forma de participação no custeio é exclusiva da previdência, por impor a observância de critérios que lhe preservam o equilíbrio financeiro atuarial.
III – a irredutibilidade do valor dos benefícios, como forma de proteção aos direitos adquiridos, não contraria a ordem social erigida com base no primado do trabalho.
IV – o direito à saúde é garantido pela assistência social, porque, para torná-lo efetivo, é exigida a participação da comunidade.

Assim considerado, assinale, dentre as listadas abaixo, a única alternativa correta no que concerne às considerações acima feitas:

a) todas são falsas.
b) são verdadeiras as de números II e III.
c) apenas a de número IV é verdadeira.
d) apenas a de número III é verdadeira.

41. Considerando os objetivos que a Constituição preconiza para a Lei Orgânica da Seguridade Social, afirma-se:

I – a diversidade de sua base de financiamento torna impossível a universalidade da cobertura e do atendimento dos direitos a que se destina a seguridade social.
II – a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais não se aplicam à garantia do direito à saúde, porque prestada mediante serviço descentralizado.
III – a seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços são inconciliáveis com a regra de sua uniformidade e equivalência para as populações urbanas e rurais.
IV - o princípio da seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços não ofende o postulado da isonomia.

À vista dessas afirmações, assinale, dentre as abaixo, a única alternativa correta:

a) são verdadeiras as de números II e IV.
b) apenas a de número IV é verdadeira.
c) apenas a de número II é verdadeira.
d) são verdadeiras as de números I e III.

42. O princípio da solidariedade na seguridade social permite concluir que:

I – o seguro social está alicerçado em contribuições dos segurados e de seus empregadores, com o concurso do Estado, vertidas igualmente.

II – o texto constitucional não é exaustivo das fontes de custeio do seguro social.
III – as contribuições a cargo das empresas para financiamento do seguro social devem ser proporcionais à sua folha de salários.
IV – não apenas os segurados do sistema estão sujeitos a concorrer para seu custeio.

Considerando-se a CF/1988, assinale**,** dentre as abaixo, a única alternativa correta:

a) todas as conclusões acima são verdadeiras.
b) somente a de número IV é falsa.
c) são falsas as de números I e III.
d) somente a de número II é verdadeira.

43. Considerando-se o ordenamento legal da previdência social brasileira, podemos afirmar:

I – os sistemas de previdência social, instituídos pelos Municípios em benefício de seus servidores, integram o Regime Facultativo Complementar da Previdência Social.
II – os preceitos do Regime Geral de Previdência Social são supletivos do Regime Facultativo Complementar.
III – existe pluralidade de órgãos de deliberação colegiada na estrutura organizacional da previdência social brasileira.
IV – a instituição de regime de previdência próprio, por Município, é excludente do regime da previdência geral para seus servidores.

Analisando essas proposições, assinale a única alternativa correta:

a) todas são verdadeiras.
b) são verdadeiras as de números II e IV.
c) são falsas as de números I e III.
d) são verdadeiras as de números III e IV.

44. Considerando ainda o ordenamento legal da previdência social brasileira, pode-se afirmar:

I – o membro de instituto de vida consagrada é segurado obrigatório, porque empregado da entidade a que se vincula.
II – o aposentado pelo RGPS é segurado obrigatório, em relação à atividade abrangida por esse regime, que voltar a exercer, sendo-lhe facultado contribuir para a seguridade social.
III – o maior de 14 anos é segurado facultativo, desde que se filie ao RGPS.
IV – a lei, ao explicitar os segurados obrigatórios da previdência social, clausulou o seu número.

À vista dessas proposições, assinale, dentre as abaixo, a única alternativa correta:

a) são verdadeiras as de números I e II.
b) apenas a de número III é verdadeira.
c) são todas falsas.
d) apenas a de número IV é falsa.

45. Estabelecidas as seguintes proposições:

I – a classe de segurados somente se justifica para fins de imposição de custeio.
II – os segurados obrigatórios da previdência são seus beneficiários, porque contribuintes do sistema.
III – perde a sua qualidade, o segurado retido ou recluso, após seu livramento.
IV – a falta de inscrição de dependente é suprível.

Assinale, dentre as abaixo, a única alternativa correta:

a) são verdadeiras as de números I e III.
b) são verdadeiras as de números II e IV.
c) apenas a de número III é verdadeira.
d) apenas a de número II é falsa.

46. Consideradas as prestações a cargo do RGPS, conforme a legislação em vigor, afirma-se:

I – os eventos decorrentes de acidente impõem à Previdência benefícios e serviços específicos em favor do segurado.
II – o auxílio-doença e o salário-maternidade para a segurada empregada independem de prazo de carência.
III – a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, assegura-lhe o acesso aos benefícios previdenciários.
IV – benefícios e serviços se confundem, porque todos são prestações do RGPS.

Analisadas essas proposições, assinale a única alternativa correta:

a) é verdadeira a de número II.
b) todas são falsas.
c) é verdadeira a de número III.
d) todas são verdadeiras.

47. À conta do custeio da seguridade social, afirma-se:

I – os segurados estão sujeitos a contribuições sociais.
II – o salário-de-contribuição dos segurados empregados está sujeito a limites.
III – as contribuições das empresas são impostos, por não serem elas seguradas do sistema.
IV – a contribuição do empregador rural pessoa física é calculada sobre sua folha de salários.

Analisando essas proposições, assinale a única alternativa correta:

a) todas as proposições são verdadeiras.
b) as de números I e IV são falsas.
c) apenas a de número III é verdadeira.
d) são verdadeiras as de números I e II.

48. Considerando-se os benefícios previdenciários legalmente assegurados, afirma-se:

I – respeitados os direitos adquiridos, nenhum benefício reajustado poderá exceder o limite máximo do salário-de-benefício, na data do reajustamento.
II – salário-de-contribuição e salário-de-benefício se identificam, na medida em que este é calculado com base naquele.
III – para a aferição do salário-de-benefício considera-se apenas a simples média aritmética dos maiores salários-de-contribuição, durante todo o período contributivo.
IV – a parcela da gratificação natalina do segurado empregado está sujeita à contribuição previdenciária.

Analisando essas proposições, assinale a única alternativa correta:

a) são verdadeiras as de números I, II e III.
b) apenas a de número II é verdadeira.
c) todas são falsas.
d) são verdadeiras as de números I e IV.

49. Lançadas as proposições abaixo:

I – a súmula 260 -TFR vincula o reajuste de benefícios ao número de salários mínimos.
II – o critério de equivalência ao salário mínimo previsto no artigo 58 do ADCT/88 aplica-se somente aos benefícios em manutenção em outubro de 1988, e apenas entre abril de 1989 e dezembro de 1991.
III – é obrigatória a aplicação da UFIR, no reajuste dos benefícios previdenciários, para se lhes preservar a irredutibilidade de valor.
IV – é facultada a filiação ao regime geral, de participante de regime próprio de previdência.

Assinale a alternativa correta:

a) são verdadeiras as de números I e III.
b) são verdadeiras as de números II e IV.
c) apenas a de número II é verdadeira.
d) apenas a de número IV é falsa.

50. Estabelecidas as proposições abaixo:

I – ressalvados os direitos adquiridos, a perda da qualidade de segurado prejudica o direito à aposentadoria.

II – sem ressalva, conceder-se-á pensão por morte aos dependentes do segurado que falecer após a perda desta qualidade.
III – o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à previdência social será contado, mediante indenização da contribuição respectiva, com os acréscimos legais.
IV – à míngua de início de prova material, não subsiste a aferição de tempo de serviço, ainda que judicial ou administrativamente justificado.

Em face dessas proposições, assinale a única alternativa correta:

a) são falsas as de números II e IV.
b) apenas a de número II é falsa.
c) são verdadeiras as de números I e III.
d) apenas a de número IV é verdadeira.

51. À luz do ordenamento jurídico brasileiro, afirma-se:

I – a previsão de tratamento jurídico favorecido para as empresas de pequeno porte é irrestrita, porque assegurada a todos a liberdade de exercício de qualquer atividade econômica.
II – a simplificação das obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, programadas para as empresas de pequeno porte, destina-se apenas às que assumem forma societária.
III – empresa e sociedade se confundem, porque tendentes ao exercício do comércio.
IV – não é incondicionado o atendimento, por pessoa jurídica domiciliada no Brasil, de requisição de informação de natureza comercial feita por autoridade administrativa estrangeira.

A partir dessas proposições, assinale a única alternativa correta:

a) todas são falsas.
b) são falsas as de números III e IV.
c) são verdadeiras as de números I e II.
d) é verdadeira a de número IV.

52. Em face do ordenamento jurídico brasileiro, quanto às sociedades por quotas de responsabilidade limitada, afirma-se:

I – a simples assinatura do contrato social preserva aos sócios a limitação de sua responsabilidade à importância total do capital, desde que assim o estipulem.
II – a cláusula de limitação não exclui a responsabilidade dos sócios, em caso de falência, quanto a dividendos e valores recebidos da sociedade, embora já integralizado o capital, quando o prejudiquem.
III – na apuração de haveres, não prevalece o balanço não aprovado pelo sócio falecido, excluído ou que se retirou.
IV – o sócio retirante, embora faça jus ao reembolso da quantia correspondente ao seu capital, fica obrigado às prestações relativas às quotas respectivas.

Observadas essas proposições, assinale a única alternativa correta:

a) são verdadeiras as de números II e IV.
b) apenas a de número IV é verdadeira.
c) é verdadeira a de número III.
d) são verdadeiras as de números I e II.

53. Em tema de sociedade anônima, considera-se que:

I – sua denominação sempre conterá, no final, as expressões "sociedade anônima" ou "companhia".
II – a identidade ou semelhança de sua denominação à de companhia já existente apenas autoriza a prejudicada a demandar as perdas e danos resultantes.
III – qualquer que seja o objeto, a companhia é mercantil e se rege pelas leis e usos do comércio.
IV – os valores mobiliários de companhia fechada são inegociáveis, porque somente os valores mobiliários de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser distribuídos no mercado e negociados em Bolsa ou no mercado de balcão.

À vista dessas afirmações, assinale a única alternativa correta:

a) todas são verdadeiras.
b) são verdadeiras as de números II e III.
c) são verdadeiras as de números I e IV.
d) é verdadeira a de número III.

54. Ainda em tema de sociedade anônima, tem-se que:

I – o capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro, desde que se transfiram à companhia, a título de propriedade.
II – os subscritores ou acionistas que contribuem com bens para formação do capital social estão sujeitos a responder pela evicção ou por vício redibitório.
III – obedecido o estatuto, é livre a companhia para fixar o valor nominal de suas ações.
IV – a contribuição do subscritor que ultrapassar o valor nominal das ações por ele subscritas ser-lhe-á restituída.

Assim proposto, assinale a única alternativa correta:

a) a proposição de número II é verdadeira.
b) são verdadeiras as proposições de números II e IV.
c) apenas a proposição de número I é verdadeira.
d) são verdadeiras as proposições de números I e III.

55. O ordenamento positivo do sistema financeiro nacional autoriza as seguintes ilações:

I – é lícito às instituições financeiras participar de atividades compatíveis com aquelas para que se acham autorizadas, como conseqüência da liberdade de exercício de atividade econômica.
II – o decreto de falência da instituição financeira faz cessar a sua liquidação extrajudicial.
III – os administradores da instituição, se autorizados pelo estatuto, podem requerer sua liquidação extrajudicial.
IV – o liquidante, porque nomeado pelo Banco Central do Brasil, com amplos poderes de administração e liquidação, pode, irrestritamente, em benefício da massa, onerar ou alienar seus bens, a qualquer tempo.

Assim proposto, conclua:

a) todas as proposições são verdadeiras.
b) são verdadeiras as de números I e II.
c) são verdadeiras as de números II e III.
d) são verdadeiras as de números III e IV.

56. Marque com V a assertiva verdadeira e com F a falsa, assinalando em seguida a opção correspondente:

( ) a Constituição Federal delimita tão rigidamente as competências tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de modo que em nenhuma hipótese qualquer uma das referidas pessoas do direito público interno poderá instituir impostos pertencentes à competência tributária das demais entidades autônomas da Federação.
( ) a Constituição Federal atribui a denominada competência residual ou remanescente para a instituição de impostos à União, e, para a instituição de taxas e contribuições de melhoria, aos Estados federados.
( ) a competência tributária é indelegável e, bem assim, a capacidade tributária ativa.
( ) no Brasil, todas as pessoas de direito público interno dispõem de competência para a instituição de contribuições destinadas à seguridade social.

a) F, V, F, F.
b) F, F, V, V.
c) V, F, V, F.
d) V, V, F, F.

57. Assinale a alternativa correta:

a) para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, a União poderá instituir empréstimo compulsório, mediante lei complementar, sem a observância dos princípios da anterioridade e da irretroatividade.
b) a contribuição de melhoria, cujo fundamento ético-jurídico é o não enriquecimento injusto, tem como fato gerador a realização de obra pública.

c) a taxa poderá ter como fato gerador a utilização potencial de serviço público específico e divisível, posto à disposição do contribuinte mediante atividade

administrativa em efetivo funcionamento, ainda que tal serviço não seja de utilização compulsória.
d) nada obsta a que o Estado venha a cobrar preço público pela simples colocação de serviço à disposição do indivíduo, se tal hipótese constar de contrato que este tenha firmado com aquele.

58. Marque com V a assertiva verdadeira e com F a falsa, assinalando em seguida a opção correspondente.

( ) os princípios da estrita reserva legal e da anterioridade, no que concerne à majoração de alíquotas, não se aplicam ao imposto sobre produtos industrializados.
( ) de acordo com o princípio da irretroatividade da lei tributária, a lei deve anteceder ao fato por ela escolhido para dar início à incidência do tributo ou para aumentá-lo.
( ) as contribuições para a seguridade social devem observância ao princípio da anterioridade previsto no artigo 150, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, de modo que a lei que as instituir ou aumentar só poderá ser aplicada no exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.
( ) define-se o princípio da capacidade contributiva como a vedação de tributação que seja tão onerosa, a ponto de ser sentida como penalidade.

a) os quatro assertos são falsos.
b) o primeiro asserto é verdadeiro, e os demais falsos.
c) os dois últimos assertos são falsos, e os demais verdadeiros.
d) o segundo asserto é verdadeiro, e os demais falsos.

59. Ainda não foi superada, no Brasil, controvérsia doutrinária a respeito da possibilidade da instituição e da majoração de tributos por meio de leis delegadas. A atual Constituição Federal, porém, veda expressamente a utilização de tais normas jurídicas para a criação e a alteração das alíquotas de:

a) contribuições de intervenção no domínio econômico.
b) empréstimos compulsórios.
c) taxas e contribuições de melhoria.
d) impostos extraordinários.

60. Considerando a hipótese de, no dia 30 de dezembro de 2001, haver sido publicada lei aumentando os valores da Taxa de Fiscalização dos mercados de seguro, de capitalização e da previdência privada aberta, omissa quanto à data de início de sua vigência, pergunta-se: Quando referida lei começaria a vigorar?

a) no dia 1º de janeiro de 2002.
b) no dia 30 de dezembro de 2001.
c) no dia 13 de fevereiro de 2002.
d) no dia 29 de janeiro de 2002.

61. Quando começaria a vigorar, no ordenamento jurídico interno

brasileiro, acordo geral sobre a dupla tributação internacional que a República Federativa do Brasil viesse a celebrar com outro Estado da sociedade internacional?

a) na data da troca dos instrumentos de ratificação.
b) na data da assinatura do projeto de acordo internacional.
c) na data de início da vigência do decreto legislativo que aprovar o respectivo projeto de acordo internacional.
d) na data de início da vigência do decreto que o promulgar.

62. Relativamente aos efeitos da solidariedade tributária passiva, é correto afirmar que, na ausência de disposição legal em contrário:

a) o pagamento do tributo feito por apenas um dos obrigados não aproveita aos demais.
b) a isenção objetiva aproveita a todos os devedores.
c) a remissão concedida pessoalmente a um dos obrigados aproveita aos demais.
d) não se aplicam aos responsáveis tributários.

63. Após a ocorrência do fato gerador de imposto não lançado por período certo de tempo, nova lei foi publicada, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas. Neste caso, o lançamento será regido:

a) pela lei em vigor na data da ocorrência do fato gerador.
b) pela lei em vigor na data da feitura do lançamento.
c) pela lei em vigor na data da cobrança do tributo.
d) pela lei em vigor na data do pagamento do tributo.

64. É correto afirmar que, por meio da _____, opera-se a dispensa legal de pagamento do tributo devido, pressupondo crédito tributário regularmente constituído:

a) isenção.
b) anistia.
c) remissão.
d) prescrição.

65. Assinale a alternativa correta:

a) a União poderá, em determinadas situações, conceder isenção do ICMS, de competência dos Estados, e do ISS, de competência dos Municípios.

b) Estados Federados poderão, em determinadas situações, conceder isenção de tributos municipais.

c) lei que institui isenção para determinado tipo de indústria não poderá estendê-la às taxas e às contribuições de melhoria.

d) isenção concedida por prazo indeterminado poderá ser revogada a qualquer

tempo, sem a observância do princípio da anterioridade.

66. Sobre a exclusão de pessoa jurídica do Programa de Recuperação Fiscal – Refis, instituído pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, assinale a opção correta:

a) será automaticamente excluído do Refis, deixando imediatamente de usufruir os seus benefícios, o contribuinte que praticar qualquer das hipóteses de exclusão do Programa, previstas no artigo 5º da referida Lei nº 9.964, de 2000.
b) as hipóteses motivadoras da exclusão do Refis foram previstas pela Lei nº 9.964, de 2000, no artigo 5º, de forma meramente exemplificativa.
c) todas as hipóteses de exclusão do Refis são consideradas sancionatórias, por referirem-se ao descumprimento de obrigações contraídas pelo contribuinte ao optar pelo Programa.
d) a pessoa jurídica que suspender as atividades relativas a seu objeto social, quer tenha ou não dado causa à ocorrência do evento, será excluída do Refis.

67. Por permitirem distinguir as diferentes espécies de instituições e fatos do mesmo gênero, as classificações são muito utilizadas pelos cientistas para fins didáticos. Assim é que as Constituições têm sido classificadas de várias formas, com a utilização de diferentes critérios. Algumas dessas classificações são úteis, enquanto outras não oferecem serventia. Entre as principais classificações de Constituições encontram-se aquelas cujos critérios são os da origem, mutabilidade, forma e conteúdo. De acordo com tais critérios, a Constituição brasileira de 1988 é, respectivamente:

a) promulgada, rígida, dogmática e formal.
b) votada, rígida, histórica e material.
c) outorgada, semiflexível, escrita e formal.
d) promulgada, rígida, costumeira e material.

68. Marque com V a assertiva verdadeira e com F a falsa, assinalando em seguida a opção correspondente:

( ) o Poder Constituinte Originário é inicial, autônomo, ilimitado e incondicionado.
( ) a Constituição Federal poderá ser modificada por meio de emenda constitucional, de iniciativa popular, cuja proposta há de ser subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
( ) a atual Constituição brasileira estabelece como limites materiais explícitos ao Poder Constituinte Derivado a separação dos Poderes e a forma republicana de governo.
( ) qualquer modificação constitucional feita com desrespeito às vedações materiais, circunstanciais e procedimentais, estabelecidas pela própria Constituição, padecerá de vício de inconstitucionalidade e, assim, ficará sujeita ao controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.

a) V, V, F, F.
b) F, F, V, V.
c) V, F, F, V.
d) F, V, V, F.

69. Assinale a alternativa correta:

a) de acordo com o denominado fenômeno da "recepção", normas infraconstitucionais produzidas sob a égide da Constituição anterior, que forem compatíveis com a nova Constituição, serão por esta recepcionadas, não podendo, todavia, a nova Constituição alterar-lhes a natureza ou o *status*.
b) leis revogadas sob a égide da Constituição anterior, compatíveis com a nova Constituição, poderão por esta ser adotadas, desde que haja previsão expressa nesse sentido.
c) a ordem constitucional brasileira admite o fenômeno da "desconstitucionalização", entendido como a possibilidade de recepção pela nova ordem constitucional de dispositivos da Constituição anterior, como legislação infraconstitucional.
d) diferentemente da *vacatio legis*, relativamente às leis infraconstitucionais, é inadmissível o fenômeno da *vacatio constitutionis*, dada a impossibilidade de, após a publicação da nova Constituição, continuar tendo validade a Constituição anterior.

70. Verifique cada uma das proposições abaixo, relativas ao controle de constitucionalidade das leis e atos normativos, e, em seguida, assinale a alternativa correta.

I – no Brasil, o controle repressivo é feito exclusivamente pelo Poder Judiciário, e o controle preventivo, pelos Poderes Legislativo e Executivo.

II – os tratados internacionais, devidamente incorporados no ordenamento jurídico nacional, são passíveis de controle difuso e concentrado de constitucionalidade.
III – inexiste controle concentrado de leis ou atos normativos municipais em face da Constituição Federal.
IV – nada obsta a que lei ou ato normativo editado anteriormente à atual Constituição Federal seja objeto de ação direta de inconstitucionalidade.

a) todas as proposições são corretas.
b) as proposições I e IV são erradas, e as demais, corretas.
c) apenas a proposição IV é errada.
d) as proposições I e II são corretas, e as demais, erradas.

71. Assinale a alternativa correta:

a) a Constituição brasileira de 1988 manteve a forma de Estado federal, cujos componentes são a União, os Estados, os Municípios, os Territórios e o Distrito Federal.

b) a forma de Estado prevista pela Constituição brasileira de 1988 pode ser

abolida por meio de emenda constitucional.
c) No Brasil, o poder é exercido pelo povo por meio de representantes eleitos ou nomeados.
d) o princípio da divisão de poderes comporta exceções, entre as quais a possibilidade de delegação de atribuições legislativas ao Presidente da República, pelo Congresso Nacional.

72. Ao assegurar a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, a Constituição Federal determina que o exercício de tal liberdade será:

a) independente de censura ou de licença.
b) independente de censura e dependente de licença.
c) independente de licença e dependente de censura.
d) dependente de censura ou de licença.

73. Relativamente às normas gerais de direito financeiro, tributário, urbanístico, econômico e penitenciário, é correto afirmar que:

a) são de competência concorrente de todas as pessoas jurídicas de direito público interno.
b) o exercício, pela União, da competência para legislar sobre tais normas exclui a competência, ainda que suplementar, dos Estados.
c) os Municípios não dispõem da competência para estabelecê-las**.**
d) no âmbito dos Estados, prevalecem as respectivas leis sobre as leis federais.

74. No Brasil, tem competência exclusiva para julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República:

a) o Supremo Tribunal Federal.
b) a Comissão Mista de Senadores e Deputados.
c) o Tribunal de Contas da União.
d) o Congresso Nacional.

75. Sobre o papel do Estado na ordem econômica, de acordo com a atual Constituição Federal, indique a alternativa INCORRETA:

a) é vedada a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, sendo permitida apenas quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, e nos demais casos previstos pela Constituição.
b) o Estado atua como agente normativo e regulador da atividade econômica.

c) são atribuídas ao Estado, precipuamente, as funções de fiscalizar, incentivar e planejar.
d) o planejamento econômico é determinante para os setores público e privado.

76. Relativamente aos pressupostos materiais da intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal, indique a alternativa INCORRETA:

a) prover a execução de lei estadual ou distrital, ordem ou decisão judicial.
b) manter a integridade nacional.
c) garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
d) assegurar a observância, entre outros, do princípio constitucional da autonomia municipal.

77. Após autorização da Câmara dos Deputados para a instauração de processo contra o Presidente da República, será do _____ a competência privativa para processá-lo e julgá-lo nos crimes de responsabilidade.

a) Supremo Tribunal Federal.
b) Senado Federal.
c) Congresso Nacional.
d) Tribunal de Contas da União.

78. De acordo com a Constituição Federal, são condições gerais de elegibilidade, entre outras:

a) filiação partidária e nacionalidade brasileira nata.
b) domicílio eleitoral na circunscrição e conclusão de curso de ensino médio.
c) pleno exercício dos direitos políticos e alistamento eleitoral.
d) alistamento militar e nacionalidade brasileira.

79. Assinale a resposta correta sobre tentativa, desistência voluntária e arrependimento eficaz:

a) a vontade do agente impede o resultado na tentativa e na desistência voluntária, ao passo que, no arrependimento eficaz, o agente realiza o resultado mas, depois da consumação, se arrepende.

b) os três institutos podem ocorrer em qualquer espécie de infração penal, inclusive nos crimes formais.

c) a tentativa é uma causa de diminuição de pena, ao passo que a desistência voluntária e o arrependimento eficaz configuram atenuantes.

d) enquanto na tentativa o resultado deixa de ocorrer por circunstâncias alheias à vontade do agente, na desistência voluntária e no arrependimento eficaz é a própria vontade do agente que impede ou reverte o resultado.

80. Sobre o erro no direito penal, assinale a resposta *incorreta*:

a) incide sobre modelos de condutas proibidas e permitidas.

b) mais precisamente, o erro de tipo incide sobre o tipo legal, e o erro de proibição incide sobre a ilicitude, excluindo a culpabilidade.

c) o erro de fato nada mais é que o erro de tipo sob nova roupagem, mas o erro de direito corresponde, exatamente, ao erro de proibição.

d) o erro de tipo exclui o dolo, e o erro de proibição, se inevitável, exclui a

culpabilidade.

81. Acerca das excludentes da antijuridicidade e da culpabilidade, assinale a assertiva correta:

a) não se configura o crime na situação de legítima defesa real, própria ou de terceiro.

b) é possível legítima defesa real própria contra legítima defesa real de terceiro.

c) não é possível estado de necessidade contra estado de necessidade.

d) o estado de necessidade exclui o crime, mesmo que o bem jurídico salvo seja de menor valor que o bem jurídico sacrificado.

82. Romualdo, procurado pela polícia por possível tráfico de entorpecentes, guarda a cocaína que recebeu de um país limítrofe, destinada ao comércio, na casa de seu amigo Francisco, com a ciência e aquiescência deste que, mais tarde, vem a ser preso em flagrante pela posse do produto proibido. Analisando as condutas de ambos, assinale a única opção que contém uma assertiva *incorreta*:

a) Romualdo e Francisco responderão, em concurso de agentes, por tráfico ilícito de entorpecentes.

b) Romualdo responderá por tráfico e Francisco responderá por favorecimento real.

c) ambos responderão por tráfico, porque as condutas respectivas se amoldam a verbos enumerados no art. 12 da Lei nº 6.368/76.

d) Romualdo poderá responder por tráfico internacional e Francisco não poderá responder por receptação nem por favorecimento real ou pessoal.

83. Em relação à pena de multa para os crimes previstos na Lei nº 7.492, de 16/06/86:

a) esta lei é conhecida como “Lei do Colarinho Branco” e seu regime de penas, inclusive quanto à multa, é idêntico ao do Código Penal.

b) os “crimes do colarinho branco” nela previstos, têm regime de pena de multa próprio, sem o suplemento das normas pertinentes do Código Penal.

c) a situação econômica do réu deve preponderar sobre os critérios do Código Penal, inclusive quanto às circunstâncias do art. 59 e à culpabilidade.

d) pode ser aplicada até o décuplo da previsão do art. 60 § 1º do Código Penal, para réus cuja situação econômica tornaria o limite máximo do Código Penal inócuo.

84. Em relação aos efeitos da condenação penal:

a) a obrigação de indenizar o dano é automática, porém a perda de cargo,

função pública ou mandato eletivo depende de declaração motivada na sentença.

b) a perda, em favor da União, dos instrumentos do crime, nas hipóteses legais, depende de declaração motivada na sentença, mas a inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso, é automática.

c) a data do trânsito em julgado da condenação firma o termo inicial, a partir do qual o condenado será considerado reincidente, se cometer nova infração penal, tendo caráter retroativo em relação às infrações praticadas após a sentença condenatória recorrível.

d) a obrigação de indenizar é automática, mas pode ser infirmada no juízo cível.

85. Assinale a opção que contenha assertiva *incorreta*, em relação à extinção da punibilidade:

a) o acréscimo de pena privativa da liberdade, relativo ao concurso de crimes, não deve ser considerado no cômputo da pena aplicada, para a verificação da prescrição.

b) em todas as situações de ação penal privada, salvo nos crimes de imprensa, a decadência ocorre em seis meses.

c) o transcurso do lapso prescricional, segundo a pena imposta na sentença, entre a publicação desta e o julgamento da apelação exclusiva da defesa, extingue a pretensão punitiva.

d) O pagamento integral do débito previdenciário, em crimes contra o sistema previdenciário, antes do recebimento da denúncia, extingue a punibilidade, ao passo que tal efeito, na hipótese de mero parcelamento, é controvertido na jurisprudência.

86. O crime de genocídio contra grupo indígena:

a) é da competência da Justiça Federal, tanto por ser um crime político, quanto por atingir interesse da União, quanto por traduzir uma disputa contra direitos indígenas.

b) é da competência do júri e será julgado na esfera judicial estadual.

c) é da competência federal, mas será julgado pelo júri, porque contém em sua definição, necessariamente, um crime de homicídio.

d) terá sua pena aumentada, quando cometido por governante ou funcionário público, e não se inclui entre os crimes hediondos.

87. Barnabé apropria-se de valor pelo qual deveria velar, em razão de seu cargo de funcionário público, mas, em sua resposta prévia, prova a completa devolução aos cofres públicos do que alcançara:

a) o efeito extintivo da punibilidade de seu ato depende exclusivamente de ter sido praticado antes do oferecimento da denúncia.

b) seu ato extingue a punibilidade, se o peculato for culposo.

c) como a denúncia ainda não foi recebida, o ressarcimento extingue a punibilidade, mesmo que se trate de peculato doloso.

d) tratando-se de peculato doloso, poderá configurar-se o arrependimento posterior.

88. Um usineiro é surpreendido por fiscais da DRT mantendo trabalhadores rurais em trabalho de 14 horas diárias, com breve descanso de 15 minutos, para digerir pouca ração, que dos mesmos cobra, impedindo-os de sair do local de trabalho. Ouvidos no local, os empregados afirmam consentir com esta situação, em vista de não disporem de outra opção de emprego na região:

a) o consentimento dos ofendidos impede a caracterização de crime contra a liberdade individual, mas a situação acima descrita não prova tal consentimento.

b) ocorre cárcere privado, crime de ação pública incondicionada, independente da vontade dos ofendidos, que será, indiscutivelmente, processado pela justiça estadual.

c) há redução à condição análoga à de escravo e sua previsão em tratado internacional, em vigor no Brasil, firma, *ipso facto,* a competência da Justiça Federal.

d) há redução à condição análoga à de escravo, cuja competência jurisdicional, se da justiça estadual ou federal, é controvertida.

89. O crime de apropriação indébita previdenciária, inserido no art. 168-A do Código Penal, sucedeu previsão incriminadora idêntica, contida no art. 95 da Lei nº 8.212/91, e suscitou o seguinte entendimento predominante, na jurisprudência do TRF da 1ª Região, já confirmado pelo Supremo Tribunal Federal:

a) a nova previsão passou a ter tipo subjetivo idêntico ao da apropriação indébita tradicional (vontade livre e consciente de se apropriar do valor), inexistente anteriormente, pelo que só se configura como conduta comissiva.

b) houve *abolitio criminis,* pelo que os processos em curso, segundo a lei anterior, devem ser extintos.

c) não houve nenhuma alteração no deslocamento do tipo penal de lei extravagante para o interior do Código Penal, a despeito de pequenas mudanças na redação.

d) a previsão anterior era omissiva e formal ou de mera conduta, ao passo que, atualmente, a conduta, para configurar crime, precisa ser comissiva e conter dolo específico.

90. No tocante à indisponibilidade da ação penal, assinale a opção correta:

a) pode o juiz determinar o arquivamento de inquérito policial sem requerimento nesse sentido do Ministério Público, pois o CPP proíbe apenas o arquivamento direto pela autoridade policial.

b) o juiz pode, ao examinar a denúncia, recebê-la por crime diverso do

apontado pelo denunciante.

c) as contra-razões do Ministério Público a recurso da defesa, concordando com a tese nele exposta, implicam desistência da ação penal, pelo que o tribunal *ad quem* estará obrigado a prover o recurso.

d) o Ministério Público pode pedir a absolvição do réu nas alegações finais, mas o fato não vincula o juiz, que, ainda assim, pode condenar.

91. Sobre a eficácia da lei penal e da lei processual penal no tempo, assinale a alternativa correta:

a) no caso da suspensão do processo e do curso da prescrição, em face do não-comparecimento do réu citado por edital, segundo a nova redação do art. 366 do CPP, aplica-se retroativamente a suspensão do processo, mas não a suspensão da prescrição.

b) no caso da suspensão condicional do processo, prevista pelo art. 89 da Lei nº 9.099/95, que pode acarretar a extinção da punibilidade, a norma tem aplicação imediata, inclusive a fatos pretéritos, a despeito da disposição do art. 90, que estabelece que a referida lei não se aplica a processos cuja instrução já estiver iniciada.

c) tanto a nova lei penal quanto a nova lei processual penal, se benéficas ao réu, têm aplicação retroativa.

d) a lei nova processual penal aplica-se aos processos em curso, inclusive em relação aos atos processuais já praticados.

92. Na ação penal privada subsidiária da pública:

a) o ofendido poderá propor a queixa enquanto não configurada a prescrição pela pena em abstrato.

b) a inércia do Ministério Público transfere a titularidade da ação penal ao ofendido ou pessoa a ele equiparada, ficando impedido de qualquer participação posterior na persecução penal, mesmo em face da inércia do ofendido.

c) o ofendido precisa, primeiro, dirigir-se ao Procurador-Geral para, só então, diante da inércia deste, propor a queixa.

d) o ofendido dispõe de prazo decadencial para propor a queixa subsidiária, diante da inércia do Ministério Público.

93. No crime contra a fauna silvestre, praticado em terra pertencente à União, a competência será regida pelo seguinte enunciado:

a) tanto por ser a fauna silvestre do domínio da União, quanto por ter sido o crime praticado em terra do domínio da União, a competência será da Justiça Federal.

b) seguindo a regra constitucional de competência legislativa concorrente entre os três entes da Federação para questões ambientais, também no plano jurisdicional a competência poderá ser da justiça estadual ou da federal, segundo as regras da prevenção.

c) nas comarcas que não sejam sede de vara federal, o processo tramitará perante o juízo de Direito, com recurso para o Tribunal Regional Federal.

d) havendo concurso com crime contra a flora, haverá separação do processo, sendo o crime contra a fauna julgado pela Justiça Federal e o contra a flora pela Justiça Estadual.

94. A persecução penal por crime de trânsito praticado por juiz federal substituto:

a) é da competência do TRF com jurisdição sobre o local do acidente.

b) é da competência do TRF a que o juiz estiver subordinado.

c) é da competência do Tribunal de Justiça com jurisdição sobre o local do acidente.

d) inicia-se pelo inquérito policial ou auto de prisão em flagrante, que, depois de concluído, será remetido pela autoridade policial ao Corregedor-Geral da Justiça Federal a que o juiz esteja vinculado.

95. A Súmula 523 do Supremo Tribunal Federal, alusiva às garantias da defesa, tem determinado, na jurisprudência:

a) que o não-oferecimento de defesa prévia e do respectivo rol de testemunhas por defensor dativo acarretam nulidade absoluta.

b) que a não-interposição de recurso por defensor dativo impede o trânsito em julgado da sentença condenatória.

c) que a falta de alegações finais, em crime da competência do juiz singular, principalmente para réu assistido por defensor dativo, é causa de nulidade absoluta.

d) que o juiz não pode se transformar em fiscal do livre exercício da advocacia.

96. O Superior Tribunal de Justiça julgará conflitos de competência:

a) entre juiz federal de primeira instância e o respectivo Tribunal Regional Federal.

b) entre Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal Regional Federal.

c) entre juízes de primeira instância da Justiça Federal e da Justiça Estadual situados na mesma região da Justiça Federal.

d) entre juízes federais da mesma região da Justiça Federal.

97. O incidente de insanidade mental do acusado:

a) destina-se à verificação da inimputabilidade ou semi-imputabilidade do acusado, podendo ser instaurado de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, bem como de parentes do acusado.

b) não poderá ser ordenado na fase do inquérito policial, mas o juiz, por representação da autoridade policial, poderá impor medida de segurança de caráter provisório.

c) suspende o andamento do processo principal, impõe a imediata nomeação de curador ao acusado e só se interessa pela verificação da insanidade mental

ao tempo da infração penal.

d) poderá acarretar a absolvição do acusado, cumulada com a imposição de medida de segurança, ou a diminuição de sua pena, estando a decisão que põe termo ao incidente sujeita a confirmação pela instância superior.

98. O juiz que homologa auto de prisão em flagrante:

a) converte-se em autoridade coatora para eventual *habeas corpus* impetrado ao tribunal *ad quem* em favor do preso.

b) é competente para conhecer de *habeas corpus* impetrado contra a autoridade policial, com fundamento em nulidade do auto de flagrante ou na não-verificação do estado de flagrância.

c) não pode convertê-la em prisão preventiva de ofício, mas pode fazê-lo em resposta a representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público.

d) deve ter a noção da importância desse seu ato, porque a prisão por ele mantida perdurará, necessariamente, até o término da instrução criminal.

99. Assinale a alternativa abaixo que contenha hipóteses que *não* suscitam recurso em sentido estrito:

a) rejeitar a denúncia, decretar a extinção da punibilidade, indeferir requerimento de prescrição, denegar *habeas corpus.*

b) conceder *habeas corpus,* decidir incidente de falsidade, indeferir a apelação, incluir ou excluir jurado na lista geral.

c) impronunciar o réu, revogar prisão preventiva, suspender o processo em virtude de questão prejudicial, relaxar a prisão em flagrante.

d) receber a denúncia, decidir o incidente de insanidade mental, concluir pela própria competência, desclassificar a infração para outra que não seja da competência do júri.

100. Na sentença condenatória, assinale a opção que *não* é capaz de causar nulidade:

a) intimação do réu, que não recorre, mas não de seu defensor, em crimes punidos com reclusão.

b) não-reconhecimento de atenuante, com a pena concretizada no mínimo legal, embora ela tenha sido alegada pela defesa.

c) falta de fundamentação da circunstâncias judiciais (art. 59 do CP), para pena-base aplicada ligeiramente acima do mínimo legal.

d) condenação por infração penal diversa da que se continha, implícita ou explicitamente, na denúncia, sem aplicação das disposições do art. 384 do CPP.

----------FINAL DA PROVA----------

----------FINAL DA PROVA----------

Gabarito do 9º Concurso

01 B	**02** D	**03** C	**04** D	**05** C	**06** A	**07** C	**08** B	**09** D	**10** C
11 A	**12** C	**13** B	**14** C	**15** A	**16** C	**17** B	**18** C	**19** D	**20** A
21 C	**22** D	**23** C	**24** B	**25** B	**26** A	**27** B	**28** D	**29** C	**30** C
31 A	**32** B	**33** D	**34** A	**35** D	**36** A	**37** A	**38** C	**39** A	**40** D
41 B	**42** C	**43** D	**44** C	**45** B	**46** B	**47** D	**48** D	**49** C	**50** X
51 D	**52** C	**53** D	**54** A	**55** C	**56** A	**57** X	**58** C	**59** B	**60** C
61 D	**62** B	**63** B	**64** C	**65** A	**66** D	**67** A	**68** C	**69** B	**70** B
71 D	**72** A	**73** C	**74** D	**75** D	**76** A	**77** B	**78** C	**79** D	**80** C
81 A	**82** B	**83** D	**84** A	**85** B	**86** A	**87** B	**88** D	**89** C	**90** D
91 B	**92** D	**93** A	**94** B	**95** C	**96** X	**97** A	**98** A	**99** D	**100** B

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

2ª PROVA ESCRITA

PRIMEIRA QUESTÃO

Levando em conta a hipótese abaixo, prolate sentença observando os requisitos essenciais previstos em lei (art. 458 – CPC), examinando e decidindo todas as questões postas pelas partes. Não ponha data nem assinatura. (O relatório é imprescindível.)

VALOR DESTA QUESTÃO: SEIS PONTOS

ANTONIO ALBERTO MONTINNI e **ELVIRA BARRETO MONTINNI**, empresários, casados entre si, residentes em Campinas – SP, ajuizaram ação de rito ordinário contra o **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA**, na 2ª Vara Federal de Marabá – Pará, em 25 de agosto de 2000, pedindo indenização por apossamento administrativo (desapropriação indireta) de imóvel rústico de sua propriedade, situado no Município paraense de Conceição do Araguaia. Dos fatos e segmentos processuais, destacam-se os seguintes:

I – **Fundamentos da petição inicial** – O apossamento, ocorrido em janeiro de 1990, incidiu sobre a "Fazenda Cruzeiro do Sul", com 5.500 hectares, cadastrada no INCRA sob o nº 1.047.017.255.051-4, depois de invadido o imóvel por integrantes do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, que, depois, ali vieram a ser assentados pelo INCRA.

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR foi pago normalmente pelos proprietários durante o tempo do apossamento, conforme comprovantes que anexaram à documentação instrutória.

Houve decreto declaratório de interesse social para fins de reforma agrária, editado antes da invasão por terceiros (integrantes do MST)), porém a autarquia nunca providenciou a desapropriação, tampouco o pagamento aos proprietários do imóvel, que registrava cobertura florestal nativa (em aproximadamente 2.000 hectares, contendo pau d'arco, aroeira, cedro e outras madeiras de valor econômico), 200 hectares de pastagens – o imóvel era utilizado essencialmente para a pecuária de corte – e acessões: casa sede, dois currais, galpões, 15.000 metros de cercas de arame farpado, duas barragens e outros equipamentos.

A indenização pleiteada, em dinheiro, foi orçada em R$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) pela terra nua, à razão de R$200,00 (duzentos reais) o hectare; em R$400.000,00 (quatrocentos mil reais) pela cobertura florística, também à razão de R$200,00 (duzentos reais) o hectare; e em R$300.000,00 (trezentos mil reais) pelas acessões e benfeitorias, valores expressos em laudo acostado à inicial, firmado por engenheiro civil.

Foi afirmado, outrossim, que, mesmo situada a "Fazenda Cruzeiro do Sul" em Conceição do Araguaia, todo o seu movimento econômico era voltado para a cidade de Redenção – Pará, devendo ser considerados como elementos comparativos e avaliatórios, por via de conseqüência, as pesquisas de mercado e os valores das transações imobiliárias (e outros elementos: preço da arroba de boi gordo, dados do crédito rural dos bancos oficiais) da respectiva microrregião.

O pedido estendeu-se, ainda, aos juros moratórios de 12% ao ano, contados a partir da citação; aos juros compensatórios de 12% ano, contados a partir do apossamento; à correção monetária dos valores da indenização, a partir da data do laudo judicial de avaliação; ao pagamento dos honorários devidos ao seu assistente técnico, a ser indicado oportunamente; ao reembolso das custas do processo e aos honorários advocatícios de 20% do total condenatório.

II – <u>Fundamentos da contestação</u> – O INCRA é parte ilegítima *ad* causam, pois compete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária. Foi confirmado o apossamento. Datando ocupação de janeiro/1990, argüiu-se prescrição qüinqüenal, à luz da regra geral do Decreto-lei nº 20.910, de 06/01/1932, e mesmo decadência, também qüinqüenal, com base na Medida Provisória nº 2.027 – 40, de 29 de setembro de 2000.

No mérito, foi afirmado que a indenização cobrada não tem base no mercado de imóveis da região, onde o valor médio do hectare não passa de R$90,00 (noventa reais), ainda mais porque o imóvel ocupado, tendo produção inexpressiva, não cumpria a sua função social, devendo, por outro lado, sofrer um redutor (depreciação) de 20% (vinte por cento) do seu preço de mercado, pelo fato de estar invadido por posseiros na data da ocupação.

A indenização pela terra deve ser paga em Títulos da Dívida Agrária – TDA's (e não em dinheiro, como pretendido), nos termos do art. 184 da Constituição, visto que o imóvel foi destinado inteiramente aos programas governamentais de reforma agrária.

Como os Títulos da Dívida Agrária – TDA's já contêm cláusula de preservação do valor real, como manda a Constituição, não se faz atendível o pedido de correção monetária. (Seria um *bis in idem* atentatório ao patrimônio público.)

Os juros de mora, legalmente, são devidos apenas à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, a partir de 1º da janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art.100 da Constituição.

Os juros compensatórios, destinados a compensar a perda de renda comprovadamente sofrida pelo proprietário, como um substitutivo dos lucros cessantes, não são devidos na hipótese, porque o imóvel não gerava renda expressiva e compatível com a sua potencialidade.

Se considerados devidos – *ad argumentandum tantum* –, devem ser pagos pela taxa de até 6% ao ano, como estipula a Medida Provisória nº 2.027 – 40/2000,

tendo como base a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença.

Não procede o pleito de pagamento dos honorários do assistente técnico dos autores, pois a lei não lhes exige obrigatoriamente a indicação, que não passa de uma faculdade da parte, de quem o assistente técnico é apenas um assessor. Foi contestado também o preço buscado pelas acessões e benfeitorias, dado como superfaturado.

Os honorários advocatícios devem ser pagos na escala percentual de 0,5% a 5% (não se aplicando ao caso, conseqüentemente, os lindes do § 3º do art.20 do Código de Processo Civil) da diferença entre a oferta e a condenação, observado o valor máximo de R$151.000,00 (cento e cinqüenta e um mil reais), a teor do quanto dispõe a MP nº 2.027 – 40/2000.

III – **Existência de oposição** – **EUGÊNIO PIACENTINNI DE ABREU** e **MARTA CONCEIÇÃO DE ABREU**, casados entre si, agricultores, residentes em Araçatuba – SP, ofereceram oposição logo depois da contestação.

Afirmaram – e comprovaram – que celebraram com os autores compromisso de compra e venda, por instrumento público, em 15 de junho de 1998, tendo por objeto 1.200 hectares das terras da parte norte da "Fazenda Cruzeiro Sul", com cobertura vegetal proporcional à existente no restante da propriedade, porém sem benfeitoras, desconhecendo a sua ocupação pelo INCRA, pelo preço de R$350.000, 00 (trezentos e cinqüenta mil reais), a ser pago em sete parcelas iguais; e que, mesmo implementado o pagamento, os compromitentes vendedores se recusaram a lavrar a escritura definitiva, alegando que o preço recebido não correspondera ao de mercado e que a lei lhes permitia o arrependimento.

Pediram – em face da irreversibilidade da situação de fato, com o imóvel já afetado a programas de reforma agrária – que parte da indenização buscada pelos autores, correspondente aos 1.200 hectares objeto do compromisso, lhes fosse paga pelo INCRA, de acordo com a avaliação adotada pela sentença, acrescida, em proporção, de todos os itens financeiros que o julgador viesse a deferir aos autores opostos.

Citados os opostos, o INCRA afirmou que a oposição era incompatível com o processo judicial de desapropriação (indireta, no caso), que somente permite discussão sobre vício processual e o preço ofertado.

Destacou, porém, que, se admitida a intervenção, não se opunha ao pedido dos opoentes, exceto quanto ao pagamento proporcional dos itens financeiros buscados por similitude com o princípio constitucional da justa indenização, visto cuidar-se de uma mera pretensão indenizatória entre compromitentes compradores e compromitentes vendedores, sem nenhuma vinculação ou identidade com o instituto da desapropriação.

Os autores opostos contestaram o pedido, afirmando que o compromisso de compra e venda, mesmo irretratável, não fora registrado, deixando de propiciar o pleito indenizatório dos opoentes, pois também não lhes ensejaria a adjudicação compulsória, segundo precedentes do Supremo Tribunal Federal.

Sustentaram, também, que o princípio da incoercibilidade das prestações de fato, inscrito no art.1.088 do Código Civil, propiciaria aos opoentes, quando muito, o direito a uma compensação por perdas e danos, e nunca ao pagamento do preço

numa desapropriação indireta, como se proprietários fossem do imóvel objeto do apossamento.

Replicaram estes, aduzindo ser cabível a sua intervenção, por não se tratar de desapropriação em sentido estrito; e que a falta de registro imobiliário do compromisso não lhes obstaculiza o pleito, que não tem natureza real mas puramente obrigacional (pessoal), trazendo à colação, por semelhança, o teor da Súmula nº 84 do Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, insurgiram-se veementemente contra a restrição indenizatória aventada pelo INCRA, realçando que o mesmo fato do apossamento, correspondendo a uma desapropriação (indireta) do imóvel como um todo, não pode, sem o cometimento de injustiça, ensejar efeitos diferentes para eles, os compromissários compradores, e para os opostos, os compromitentes vendedores que não honraram o contrato celebrado e pago, com relação aos quais a autarquia não fez a restrição indenizatória. Pediram também o reembolso das custas e o pagamento de honorários advocatícios de 20% do valor (proporcional) da condenação.

IV – **Segmentos instrutórios** – Replicados os fundamentos da contestação, o juiz exarou despacho, irrecorrido, diferindo o exame das preliminares para o pórtico da sentença, dada a necessidade de melhor exame dos fatos do processo sobre os quais se erguem, em face do conjunto da prova. Quanto à oposição, afirmou que examinaria a sua admissibilidade também a final, com julgamento simultâneo das duas ações, sendo o caso.

O perito nomeado, um Engenheiro Agrônomo, apresentou laudo circunstanciado avaliando o imóvel em R$1.017.500,00 (um milhão, dezessete mil e quinhentos reais), à razão de R$185,00 (cento e oitenta e cinco reais) o hectare, envolvendo a terra nua e a cobertura arbórea, afirmando que este item constitui parte integrante do solo, e que, em face da realidade fundiária do mercado local, não tem ele recebido avaliação e pagamento separados.

Sobre o redutor (depreciação) de 20% (vinte por cento) do seu preço de mercado, buscado pelo INCRA pelo fato de estar invadido por posseiros na data da ocupação, afirmou que não o adotava na sua sistemática de avaliação – embora adotado por alguns julgados –, deixando o aspecto para o prudente arbítrio do julgador.

As acessões e benfeitorias foram avaliadas em R$260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), louvando-se o perito, nas duas situações, em elementos – transações imobiliárias, informações de corretores de imóveis, preço da arroba de boi gordo, dados da carteira de crédito rural do Banco do Brasil, custo estimado da construção das barragens, das cercas de arame, do pasto mecanizado e das instalações complementares – do mercado imobiliário da microrregião de Redenção – Pará, onde se concentrava todo o movimento econômico da "Fazenda Cruzeiro do Sul". (Até o número do DDD do telefone da Fazenda – disse o perito para realçar a sua opção – era o da cidade de Redenção.)

Os honorários do perito, arbitrados pelo juiz em R$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), foram depositados pelos autores, por determinação judicial, e levantados ao cabo dos trabalhos.

O assistente técnico do INCRA, também Engenheiro Agrônomo, avaliou o imóvel em R$935.000,00 (novecentos e trinta e cinco mil reais), à razão de

R$170,00 (cento e setenta reais) o hectare, já levando em consideração a cobertura florística, também ao fundamento de que a dinâmica do mercado fundiário não costuma avaliá-la em separado.

Também não adotou o redutor (depreciação) de 20% (vinte por cento) do seu preço de mercado, buscado pelo INCRA pelo fato de estar invadido por posseiros na data da ocupação, afirmando que a desapropriação, em si mesma, já representa uma punição aos donos dos imóveis improdutivos. Todavia, consignou que também devolvia o exame do aspecto – adotado por alguns precedentes – ao prudente arbítrio do julgador.

As acessões (construções) e benfeitorias foram avaliadas em R$260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), porém com uma redução de 10% de depreciação, conforme praxe corrente em avaliações de imóveis rústicos, ficando a avaliação final desse item em R$234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil reais).

Pautou-se o *expert* em elementos – valor de transações registradas no cartório de imóveis, dados negociais fornecidos pela carteira de crédito rural do Banco do Brasil, informações de corretores imobiliários, custo estimado da construção das barragens, das cercas de arame, do pasto mecanizado etc – coletados na microrregião de Conceição do Araguaia – Pará, da situação da propriedade, levando em consideração, a mais disso, a sua localização geográfica, a funcionalidade e o estado de conservação das acessões e benfeitorias.

Na análise da localização, afirmou o assistente que o imóvel está a 1.184 km de Belém, Capital do Estado, principal centro consumidor do Pará, conforme dados do Guia Brasil/96 – Quatro Rodas (Editora Abril – São Paulo, 1996, p.208), sendo também grande a sua distância (530 km) da cidade de Marabá, grande cento consumidor do sul do Estado.

O assistente técnico dos autores, um Engenheiro Civil, que cobrou R$7.000,00 (sete mil reais) pelo trabalho, conforme recibo inserido nos autos, inclusive de recolhimento de IRPF, avaliou a terra nua em R$1.045.000,00 (um milhão e quarenta e cinco mil reais), à razão de R$190,00 (cento e noventa reais) o hectare. (O engenheiro não foi o mesmo que subscrevera o laudo que instruiu a inicial.)

A cobertura florestal – cerca de 1.900 hectares contendo várias espécies de madeira de lei, conforme amostragem de inventário florestal – foi avaliada em separado, em R$380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), à razão de R$200,00 (duzentos reais) o hectare, destacando o profissional, por outro lado, o alto valor daquela madeira no mercado. (Foram feitos estudos de volumetria e dos custos de extração e do transporte para a serraria.)

O assentamento das famílias de trabalhadores, pelo INCRA, segundo afiançou, não impediu uma avaliação criteriosa do valor econômico da mata no momento do apossamento pela autarquia, em janeiro de 1990.

As acessões (construções) foram avaliadas em R$300.000,00 (trezentos mil reais), tudo com base em dados – transações imobiliárias, informações de corretores imobiliários, preço da arroba de boi gordo e dados da carteira de crédito rural do Banco do Brasil, custo da construção das barragens, das cercas de arame, do pasto mecanizado etc – da microrregião de Redenção – Pará. Os laudos foram discutidos em audiência de instrução e julgamento.

V – **Alegações finais** – Os autores reiteraram todos os pleitos vestibulares e, invocando o princípio do livre convencimento, pediram a condenação com base no laudo do seu assistente técnico, dizendo-o elaborado com pontual e exata atenção a todos os ditames do mercado de imóveis e à exploração econômica da propriedade invadida.

Afirmaram, ainda, que vasta jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal, tem firmado o princípio de que as florestas naturais, como acessões do solo, devem ser indenizadas separadamente, em atenção ao princípio da justa indenização, de estatura constitucional, e mesmo à vista da proteção que a Constituição confere ao direito de propriedade (*plena in re potestas*).

Pediram, também, o ressarcimento da quantia de R$4.500,00 (quatro mil quinhentos reais) paga pelo laudo que juntaram à inicial, e o reembolso dos honorários do perito, cujo depósito fizeram por determinação do julgador, renovando, por fim, o pedido de ressarcimento dos honorários pagos ao seu assistente técnico.

Os opoentes, da mesma forma, renovaram o pedido, destacando que a indenização deveria ser fixada com base no laudo ofertado pelo assistente técnico dos autores opostos.

O INCRA repudiou os laudos do perito e do assistente técnico dos autores: aquele, por levar em conta elementos de mercado alheios à microrregião de Conceição do Araguaia – PA, onde se localiza a "Fazenda Cruzeiro do Sul" e, de resto, por não fazer uma avaliação criteriosa em face do mercado de terras na própria microrregião de Redenção – PA, tomada como parâmetro; este, por ter incidido no mesmo equívoco (dados de mercado de outra microrregião), por superfaturar a indenização, por avaliar em separado a cobertura florestal, infringindo a lei e os ditames do mercado imobiliário da região; e, por derradeiro, porque firmado por um Engenheiro Civil, quando a lei exige a avaliação por um Engenheiro Agrônomo. (Isso fora objeto de impugnação à época da indicação, afastada pelo juiz do processo e irrecorrida.)

Em conseqüência, e igualmente invocando a regra da livre apreciação da prova, pediu que a indenização fosse fixada com base nos valores do laudo do seu assistente técnico, que expressam a avaliação correta e criteriosa do imóvel, com suas matas naturais, suas pastagens e suas acessões (construções), tudo em sintonia com o mercado de imóveis da microrregião de Conceição do Araguaia.

Insistiu no pedido de aplicação do redutor (depreciação) de 20% (vinte por cento) do seu preço de mercado, pelo fato de estar invadido por posseiros na data da ocupação, enfatizando se este, indiscutivelmente, um elemento de redução do preço de mercado dos imóveis rurais.

Renovou, da mesma forma, toda a sua irresignação, expressa na contestação, contra a forma de composição dos itens financeiros da indenização, tal como buscada pelos autores e pelos opoentes. Os autos foram conclusos para sentença.

SEGUNDA QUESTÃO

Responda a questão abaixo, de forma objetiva e fundamentada , em, no máximo, cinqüenta linhas. O que sobejar não será considerado.

VALOR DESTA QUESTÃO: DOIS PONTOS

Um juiz federal (cível), despachando ação de rito ordinário, visando a obtenção de indenização por danos materiais e morais, antecipou os efeitos da tutela e determinou que a suplicada [a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA] providenciasse o tratamento médico [recursos necessários e remoção para a capital do Estado] dos autores – Guardas de Endemias –, todos gravemente intoxicados por agentes químicos no exercício da atividade de borrifação.

A suplicada foi intimada para cumprir a determinação em quinze dias, prazo que transcorreu em branco, sobrevindo petição dos suplicantes, pedindo providências. Instada a se manifestar, a FUNASA afirmou que não dispunha de recursos no seu orçamento e que os guardas eram os responsáveis diretos pela intoxicação, por não terem usado, no exercício da atividade, os equipamentos de proteção que estavam à disposição.

Nova intimação é expedida [entendeu o juiz que a culpa não poderia ser discutida naquele segmento e que a ré, pela sua gerência regional, tinha a obrigação de providenciar os meios necessárias ao cumprimento da ordem], agora para cumprimento em dez dias, sob as penas do crime de desobediência. Respondeu a demandada, afirmando que providenciaria os recursos em cinco dias, e que não se justificava legalmente a ameaça de ordem penal.

Volvido o decêndio sem cumprimento da ordem, o juiz, mais uma vez, advertiu a ré de que a conduta do seu Diretor Regional estava a tipificar o crime de desobediência; que o orçamento da entidade contemplava recursos para aquela despesa; e que o descumprimento da determinação judicial não poderia ser tolerado, concedendo, por tolerância, mais cinco dias, improrrogáveis, para que fosse providenciado o início do tratamento.

Depois de dez dias, os autores denunciaram que nada fora cumprido; que a suplicada estava debochando da ordem judicial; que a situação de saúde de cinco deles era gravíssima, a exigir imediatas providências; e pediram a prisão do Diretor Regional da FUNASA por descumprimento de ordem judicial.

Como o juiz federal se afastasse em férias, os autos foram conclusos ao juiz federal substituto. Ponha-se nessa condição e aprecie o pedido de prisão, atentando para as recomendações inseridas na epígrafe desta questão. (**Não é necessário fazer relatório**.)

TERCEIRA QUESTÃO

Responda a questão abaixo, de forma objetiva e fundamentada, em, no máximo, cinqüenta linhas. O que sobejar não será considerado.

VALOR DA QUESTÃO: DOIS PONTOS

É juridicamente possível o fornecimento, pela Fazenda Pública da União, a administrações tributárias estrangeiras, de informações no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos?